

Quanto custa resolver o problema da educação em São Paulo?

19 MAR 1991

JOSÉ ROBERTO
DRUGOWICH DE FELÍCIO

É cada vez mais urgente a retomada do controle do ensino de primeiro e segundo graus pelo poder público. Essa deve ser, no momento, uma das grandes preocupações do novo governador de São Paulo. Mas a solução para o problema não é simples.

O atendimento a seis milhões de jovens e crianças obriga o Estado a empregar cerca de 200 mil professores — 60% deles são professores I e II, que se ocupam das oito primeiras séries, o atual primeiro grau, enquanto os 40% restantes se dedicam ao colegial. Para organizar esse enorme contingente de pessoas são necessários cerca de seis mil diretores para igual número de escolas urbanas. Apoiando toda essa estrutura há um grupo de 40 mil servidores, divididos entre funções administrativas e operacionais.

De posse desse quadro passemos a algumas análises que, embora genéricas, mostram as dificuldades que precisarão ser enfrentadas.

Começemos pela questão da formação dos professores. É fácil constatar que uma cruzada pela melhoria do nível dos docentes levaria algo em torno de duas décadas para se concretizar. Para entender essa conclusão basta lembrar que, reunindo as vagas das universidades públicas estaduais voltadas ao magistério (2.580 na USP, 1.740 na Unesp e 635 na Unicamp), não ultrapassamos a marca das cinco mil formatu-



ras por ano. Isso significa que, mantidas as atuais vagas no sistema público de ensino superior, serão necessários 20 anos para renovar apenas a metade do quadro existente.

A opção da educação continuada também não terá melhor destino, a menos que se incorporem, à prática existente, recursos de ensino à distância e centros multiplicadores de atendimento e tutoria. Não é proibido sonhar com a transformação das delegacias de ensino em bibliotecas, experimentotecas e centros informatizados de referência para o professor, mas isso outra vez está muito longe de ser concretizado.

Indispensável também é a restauração da dignidade do professor, que passa pela recomposição salarial. Essa é, sem dúvida, a opção mais viável para atrair os mais competentes e recolocar a educação no seu lugar de direito. Nesse ponto, porém, as coisas se complicam ainda mais e é fácil entender as razões.

Suponhamos que se criasse uma carreira para o magistério, dividida em três níveis. Na realidade seriam três carreiras, porque os professores hoje já são divididos em I, II e III, conforme a sua titulação. Como primeiro ensaio poderíamos pensar em remunerar o professor III, em tempo integral, no início da carreira, com um salário equivalente ao de um auxiliar de ensino da universidade. Os níveis seguintes da carreira deveriam assegurar, aos docentes que os conquistassem, um ganho salarial de pelo menos 20% em relação ao salário anterior. Esse procedimento conduziria a um salário final equivalente a 80% da remuneração de um doutor da universidade, e, com certeza, reforçaria o ânimo dos professores. Essa proposta de revalorização

elevaria as despesas com docentes a cerca de Cr\$ 36 bilhões mensais, ou seja, 30% do ICMS líquido arrecadado pelo Estado, que foi da ordem de Cr\$ 120 bilhões em janeiro.

Além de cuidados com o patrimônio vivo da secretaria, é preciso manter em bom estado a rede física existente. Uma boa manutenção predial dos dez milhões de metros quadrados da rede oficial implica um investimento anual da ordem de US\$ 100 milhões (Cr\$ 25 bilhões). Essa não é uma cifra alta, uma vez que representa algo em torno de 1,5% do ICMS arrecadado pelo Estado. Garantir o custeio das escolas também não parece impossível. Se as escolas pudessem ter ampliada sua autonomia, e cada diretor contasse com uma verba mensal de Cr\$ 1 milhão para a rotina administrativa, seriam necessários Cr\$ 6 bilhões para toda a rede, o que equivale a 5% do ICMS.

Levando-se em conta ainda a existência de 40 mil funcionários administrativos e operacionais, estaremos comprometendo, com facilidade, algo em torno de 40% da arrecadação mensal do referido imposto. Acrescentando-se a isso o montante mensalmente liberado às três universidades paulistas (8,4%), o governo estadual estará destinando aproximadamente 50% do ICMS para educação.

Bem, agora é só começar a fazer a conta para a saúde e descobrir que não há como modificar esse quadro sem um aumento de arrecadação.

□ José Roberto Drugowich de Felício é professor do Instituto de Física e Química de São Carlos e chefe de gabinete do reitor da USP